

EMANCIPAÇÃO SOCIAL: CAMINHOS PARA A FUNCIONALIDADE DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

SOCIAL EMANCIPATION: PATHS TO FUNCTIONALITY OF SOCIAL ASSISTANCE NETWORK

Fernanda dos Santos Varandas*

RESUMO: O presente artigo trata sobre o conceito de emancipação tendo como ponto de partida a funcionalidade da rede socioassistencial, com o objetivo de demonstrar a importância da efetiva participação e consciência crítica para o estabelecimento de estratégias ao trabalho em rede, o que envolve tanto organizações governamentais como não governamentais. Este estudo parte da construção do conceito de emancipação por meio de categorias teóricas e da discussão sobre o conceito de rede socioassistencial. Os resultados contribuem para a construção de um efetivo trabalho em rede a partir de um maior esclarecimento da categoria teórica emancipação.

Palavras-chave: Emancipação. Rede socioassistencial. Consciência Crítica. Participação.

ABSTRACT: *This article discusses the concept of emancipation as a starting point with the functionality of the social assistance network, aiming to demonstrate the importance of active participation and critical awareness for establishing strategies to networking, which involves both governmental organizations as non-governmental. This study of the construction of the concept of emancipation through theoretical classes and discussion of the concept of social assistance network. The results contribute to building an effective networking from a further clarification of the theoretical category emancipation.*

Keywords: *Emancipation. Social assistancenetwork. Critical Consciousness. Participation.*

INTRODUÇÃO

Redesocioassistencial é um termo abrangente e com diversas interpretações, que ganhou forma e delineação, não só do termo, no campo teórico, mas da ação prática, das relações interpessoais, da práxis de pequenos grupos locais com concepções autogestoras e comportamentos emancipatórios. Assim, no contexto do presente

* Assistente Social Doutoranda pelo Programa de Pós graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós graduação em Serviço Social Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Especialista em Arte Educação e Terapia pelas Faculdades Integradas do Noroeste de Minas. Docente do curso de Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru e Consultora da empresa FVarandas Assessoria e Consultoria. Endereço: Rua Florindo Garbi, 261, Barra Bonita, Tel: (14) 3644-5715, e-mail: fernanda.s.varandas@hotmail.com.

artigo, é possível afirmar que, para a rede socioassistencial se tornar efetiva na realidade dos municípios é fundamental a emancipação das pessoas envolvidas; e, em contrapartida, a emancipação é o terreno fértil para a construção de princípios do trabalho em rede

Com o objetivo de aprofundar a construção do conceito de Emancipação para a funcionalidade da rede, tornou-se importante apresentar, de forma analítica, os dois conceitos, a princípio, separadamente, com a finalidade de debater sobre as implicações da Emancipação e Rede socioassistencial.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, quando o artigo encontra-se dividido em três seções. Na primeira, buscou-se compreender o conceito de emancipação sob o ponto de vista da construção teórica sobre o assunto em pauta. Em segundo momento trata-se da rede socioassistencial bem como sua terminologia e o significado prático do conceito. Ao final, foram discutidas as implicações da emancipação para a funcionalidade da rede socioassistencial.

1 EMANCIPAÇÃO: CONCEITOS INTRODUTÓRIOS

O conceito de emancipação tem como característica a interdisciplinaridade. Nesse sentido, faz-se pertinente e válido construir esse conceito de maneira holística. Para esse fim, é importante consultar os autores clássicos e, a partir do diálogo destes com aqueles, realizar uma aproximação teórica para o conceito. É imperativo ressaltar que não existe um único conceito amplamente aceito e nem um autor unânime quando o assunto é emancipação.

Muitos trabalhos criticam o modo de vida da sociedade, que, com o tempo, mais precisamente, desde a revolução industrial, agiu de maneira a exaltar o capital e a “usar” as pessoas em prol do acúmulo indiscriminado de riqueza e poder. Nesse sentido, a maioria das críticas ao sistema se concentra, basicamente, na acumulação de capital, na manipulação da sociedade que gera um povo alienado em essência e, principalmente, na exploração do homem pelo homem (MARX, 2005).

A primeira contribuição para a construção do conceito de emancipação se dá pela análise da sua semântica. O verbo emancipar é proveniente do termo latino “emancipare”. Ele corresponde a uma figura jurídica já conhecida pelo direito romano, traduzindo atos de libertação legal, alforria ou interrupção da tutela e da autoridade de um sobre outrem. Emancipar remete à liberdade concedida, adquirida ou conquistada (CATTANI et al., 2009, p.175).

A participação é essencial para uma sociedade emancipada, por isso, as formas de participação têm que ser estimuladas no seio da comunidade, a fim de se formar cidadãos emancipados. Nesse sentido, “a emancipação só acontece de fato quando o cidadão exerce seus direitos políticos, que tem por essência de conteúdo a participação na vida da comunidade” (MARX, 2005, p. 22).

Corroborando com Marx, Melo (2011, p. 256) coloca que “o conceito de práxis política é central para a ideia de uma autoemancipação”. Marx e Engels (2004) observam que, em uma sociedade burguesa, a classe proletariada só poderia conquistar a emancipação quando as decisões forem igualitárias, e que “a ação comum nos países civilizados é uma das principais condições de emancipação do proletariado” (MARX; ENGELS, 2004, p.44).

Paulo Freire (1987) argumenta que a maturidade é uma condição básica para se lograr emancipação, e somente quando se alcança esse estágio, é que o proletariado conseguirá estar em condições igualitárias de decisão em relação à classe burguesa. Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E quanto mais imaturas, politicamente, tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras que não podem querer que se esgote seu poder. (FREIRE, 1987, p. 83).

A influência da cultura no processo de emancipação é abordada por Adorno e Horkheimer (1985) quando eles se referem à influência mercadológica que transforma a cultura apenas em um produto de troca, sem criar valor “a cultura converteu-se totalmente numa mercadoria, difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.162). Nesse sentido, os autores afirmam que a real

emancipação dos homens ainda não ocorreu, porque “a própria cultura ficou doente”.

Adorno (1995) concebe a televisão como grande influenciadora no processo cultural de dominação das massas, que é uma “tentativa de incutir nas pessoas uma falsa consciência e um ocultamento da realidade, além de procurar-se impor às pessoas um conjunto de valores como se fossem dogmaticamente positivos” (ADORNO, 1995, p.80).

A base da construção do conceito de emancipação conduz ao debate da vida em sociedade: não é possível emancipar-se na solidão. Nesse sentido, conceitos como Emancipação e Emancipação Social, por vezes, são colocados como sinônimos.

Será possível construir um conceito que, para muitos, ainda é considerado utopia? O termo “sociedade emancipada”, na qual se pressupõe que “os indivíduos possuem o máximo de liberdade [...] pautada pela igualdade, pela reciprocidade de direitos e obrigações” (CATTANI et al., 2009, p. 175), é tido como sinônimo de utopia.

Todas as formas antiemancipatórias são, de certo modo, convencionais, isto é, facilmente perceptíveis na história das relações entre soberanos e vassalos, entre dirigentes e dirigidos, definindo configurações espúrias ou legítimas do contrato social. Muito mais complexa é a forma contemporânea de controle que naturaliza a dominação mediante as relações capitalistas (CATTANI et al., 2009, p. 177).

Outro fator relevante nessa discussão diz respeito ao processo de dominação social produzido pelo sistema capitalista, que ocorre de maneira evidente sobre a população mais vulnerável social e economicamente. Mas, independente desse aspecto técnico que classifica as classes pela renda, é “na incapacidade do pensamento em se opor, que já se encontra à espreita o potencial de enquadramento e subordinação a uma autoridade qualquer, do mesmo modo como hoje, concreta e voluntariamente, a gente se curva ao existente” (ADORNO, 1995, p. 71). A aceitação do modo devida atual por parte das pessoas, independente do seu nível de instrução educacional, estabelece uma harmonia entre conceitos

contraditórios e, até pouco tempo, antagônicos, como liberdade e opressão, burguesia e proletariado, dominador e dominado.

2 A ORGANIZAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Segundo Silva (2008) o conceito de rede transformou-se, nas últimas duas décadas, em uma possibilidade prática de organização, capaz de responder às demandas com flexibilidade, conectividade, descentralização das esferas de atuação e articulação social, levando em conta as diversidades que se apresentam na realidade.

Interpretando este conceito no cotidiano de trabalho, pensar em rede apresenta conotação de um conjunto de sistemas organizados que reúnem indivíduos e instituições de forma democrática, participativa, em torno de objetivos e realizações comuns.

Tem sido utilizado para definir um modelo de ação com base na multiplicidade de atores. Apesar de o conceito ser trabalhado por diferentes abordagens, em geral, é considerada conjunto de nós conectados, em que cada um desses nós pode representar diversidade de atores, organizações governamentais e não governamentais, comunidades, empresas, dentre outros, que vão determinar o tipo de rede a que se caracterizam os interesses, objetivos e valores compartilhados.

As redes são estratégias de gestão social sob os princípios de intersetorialidade e descentralização capazes de congregam pessoas de uma mesma base territorial com o objetivo de resolver os problemas sociais que os afetam de maneira integrada, o que representa um modelo de desenvolvimento social. A importância de reunir esses atores corresponde à possibilidade de incorporar saberes e experiências proporcionando à sociedade desempenhar papel ativo e criativo no processo.

O discurso da gestão em redes tem a pretensão de assegurar efetividade às políticas públicas, tradicionalmente caracterizadas por ações setoriais, desarticuladas, centralizadoras e hierárquicas, superar a fragmentação da atenção às necessidades sociais, paralelismo de ações, centralização das decisões, informações e recursos. O conjunto destes fatores trás a percepção de que a

discussão encontra-se atrelada ao remodelamento do Estado, justificado pela crescente escassez de recursos e aumento das demandas, em que este passa a incorporar critérios de gestão e organização próprias do mercado, na busca por minimizar os efeitos nocivos da radicalização burocrática o que induz tanto a corrupção quanto a submissão dos governantes e, conseqüentemente, das políticas públicas à lógica econômica e financeira do mercado.

Além disso, coloca-se em pauta a necessidade de incorporar novos atores no campo da política social que tradicionalmente era ocupado apenas pelo Estado como forma de democratizá-lo e, também, a busca por resultados a ações mais eficazes.

Para entender a funcionalidade da rede, o termo é definido como conjunto de pessoas interligadas umas aos outros, a qual permite circular elementos materiais ou imateriais, de acordo com regras bem definidas.

Para as organizações governamentais e não governamentais o termo rede é de extrema importância uma vez que se refere à comunicação entre pessoas e demais instituições através de instrumental exequível, objetivando articular ações, buscar de forma conjunta estratégias inovadoras para alcançar resultados e elaborar atividades continuadas em todos os âmbitos da prestação de serviços, visando atendimento efetivo das demandas sociais.

Importante ressaltar que não há hierarquia entre os membros da rede, as informações deve circular livremente entre os integrantes, através da comunicação, diálogo aberto, troca de experiências, preocupação com os objetivos, complementaridade entre eles e busca por estratégias de ações conjuntas, tendo como principal alvo o atendimento real das necessidades dos usuários dos serviços.

No plano das Políticas Públicas, mais especificamente na Política de Assistência Social, a rede socioassistencial constitui-se em ações articuladas e integradas entre as diversas organizações governamentais e não governamentais que atuam nas Políticas Sociais. Só existe a rede na medida em que ela integra e articula diferentes ações.

A rede de atendimento socioassistencial constitui em estratégia, para apoio e proteção social, destinadas aos usuários dos serviços sociais, os quais tem que receber (da rede) amparo e atendimento devido aos seus direitos. E, para que ela exista as proposições precisam estar bem amarradas, articuladas, para que consiga cumprir sua função, ou seja, a rede de atendimento socioassistencial deve ser tecida na proporção direta da articulação de seus diversos elementos e das diversas ações das organizações que integram as Políticas Sociais Públicas e atores que delas fazem parte.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) preconiza:

A rede socioassistencial é um espaço democrático e de articulação entre as pessoas, instituições e serviços. São espaços de participação aberta, com função propositiva no nível federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, podendo ser instituídos regionalmente. São constituídos por organizações governamentais e não governamentais, com a finalidade de articular, entre outros conselhos; união de conselhos; fóruns estaduais, regionais ou municipais e associações comunitárias. (BRASIL, 2005, p. 41).

Segundo a Norma Operacional Básica (BRASIL, 2005) do Sistema Único de Assistência Social, rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil organizada que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas as unidades de provisão de proteção social, em acordo com a norma Operacional Básica para a Especial, considerando ainda os níveis de complexidade.

A rede é composta diretamente por organizações governamentais, pelos órgãos gestores municipais e pelas organizações não governamentais. Estas organizações podem ser de iniciativa pública, quando o Estado é garantia e garantidor dos serviços de direito dos cidadãos; tem caráter racional e universal; tendo em vista que todas as unidades envolvidas, direta ou indiretamente, devem fazer parte assim como as secretarias estaduais e municipais. Os aparelhos públicos CRAS e CREAS

se tornam agentes articuladores. E, quanto à formação de uma rede, esta pode surgir espontaneamente, a partir da identificação de necessidades em comum por diversas instituições, ou pode ser induzida por uma delas que identifique a capacidade de troca de algum bem material ou simbólico e de complementaridade.

O trabalho em rede requer mais do que a intencionalidade de troca, solicita prescritivamente a formação de estrutura orientada para ação a partir da construção de planejamento, definição de objetivos, de onde se quer chegar, tendo como características a horizontalidade, multiplicidade de atores e instituições que atuam na mesma área ou defendem interesses comuns.

3 A EMANCIPAÇÃO SOCIAL: CAMINHOS PARA A FUNCIONALIDADE DA REDE SOCIOASSISTENCIAL.

Emancipação diz respeito ao comportamento de um indivíduo enquanto cidadão, e por cidadão entende-se “aquele que atua como protagonista com a sua comunidade por meio do diálogo e não do monólogo, do interesse comum e não do individual, da res pública (coisa pública) e não da res privata (coisa privada)” (TENÓRIO, 2007, p.25). Tenório (2007) entende os conceitos de Emancipação Social e Cidadania como sinônimos, de certa forma, partindo do princípio que uma pessoa emancipada entende e interage com o seu contexto social e esse conceito também pode ser usado para cidadania. Assim “o cidadão é aquele que entende que o bem-estar da sua comunidade política, do seu município, do seu local, enfim do seu território, depende da responsabilidade coletiva” (TENÓRIO, 2007, p. 44) e para que o indivíduo consiga alcançar o status de cidadão, é necessário conquistar a consciência crítica, que faz parte do processo de Emancipação.

Portanto, “o exercício da cidadania pressupõe indivíduos que participem da vida comunitária” (TREVISAN, 2006, p.2006). Teixeira (2001) corrobora com Tenório (2007) quando aproxima os conceitos de cidadania e participação, unificando-os, surgindo, assim, o conceito de Participação Cidadã como o “processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado,

em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações” (TEIXEIRA, 2001, p.30).

Amaral (2007) enfatiza que as redes manifestam desejo coletivo de inovação quanto às formas de organização política e desorganização consciente e intencional de estruturas que não mais correspondem às demandas e aspirações do grupo; revelam a existência de problemas que não conseguem ser resolvidos através das antigas estruturas e formas de gestão. A autora destaca que o padrão rede pode trazer vários benefícios, tais como:

[...] comunicação estruturada com públicos estratégicos; transparência; desenvolvimento de uma cultura de cooperação; desenvolvimento do protagonismo; descentralização das gestões; um ambiente/campo estruturado para possibilitar parcerias mais seguras e confiáveis; democratização das relações, regidas pelo par representado pela autonomia-interdependência; um espaço estruturado de interação social para as pessoas e organizações com objetivos comuns, além de um padrão organizacional cujas características são, por si, potencialmente facilitadoras de integração e democracia. (AMARAL, 2007 p. 02).

Faz-se indispensável coerência e compatibilidade entre os meios de atuação dos atores que compõe a rede, levando em conta tanto as limitações quanto às possibilidades das estruturas, instituições e pessoas nos diferentes níveis e esferas de programas que se constituem em projetos os quais se desdobram, nas localidades, em planos de ação para adequação à realidade, objeto da intervenção.

A questão fundamental condizente à compreensão das redes, assim como a eficácia da operacionalização das políticas públicas reside no compartilhamento de recursos, os quais têm por objetivo a viabilização da interação social, a criação de mecanismos de coordenação e pressão entre os diversos serviços que caracterizam as diferentes organizações dedicadas ao enfrentamento das questões sociais e ao desenvolvimento de outras instituições que se fizerem

necessário, visando atendimento efetivo dos usuários e visão ampla ante suas necessidades.

Encontrar o desempenho adequado de cada organização no conjunto das articulações previstas pela rede torna-se desafio a ser superado. As reformas pelas quais a sociedade tem passado levam à redução das responsabilidades do Estado no campo das políticas públicas, o que tem significado deterioração dos serviços sociais, comprometendo a qualidade e a equidade dos mesmos.

Adentrando ao debate das características da rede socioassistencial, fica evidente que se tem “a Emancipação como o próprio objetivo da rede enquanto processo baseado na Cidadania Deliberativa” (CANÇADO, 2011, p. 99). Assim, a dialogicidade surge como a primeira característica de rede porque “se a decisão é coletiva efetivamente, a coerção é estranha ao processo e o entendimento deve ser seu caminho” (CANÇADO, 2011, p. 99).

Desse processo de dialogicidade, surge o conceito de emancipação por se tratar de algo que envolve o esclarecimento das pessoas envolvidas. A partir do momento em que os participantes de uma tomada de decisão coletiva têm como princípio o bem comum, sendo condição para os objetivos coletivos, não abrindo espaços para o poder do individualismo, não podem imperar os interesses particulares e detrimento aos coletivos. Em outras palavras, a dialogicidade no processo de tomada de decisão coletiva conduz à emancipação dos atores envolvidos.

Outra característica imprescindível da rede é a transparência. Esta, como veículo da emancipação, é um princípio norteador do comportamento individual, durante o processo de interação, para o sucesso da tomada de decisão coletiva, “pois, se o processo decisório passa pelo entendimento, pela utilização da linguagem e comunicação entre as pessoas, as informações devem estar disponíveis a todos, o segredo e a assimetria de informações são estranhas a este processo” (CANÇADO, 2011, p. 99).

Portanto, na tomada de decisão coletiva, não pode existir a coerção. Além disso, “a tomada de decisão é baseada no entendimento, na argumentação e não na negociação no sentido utilitário do termo” (CANÇADO, 2011, p. 99). Por isso,

tem-se a Emancipação como o próprio objetivo e resultado da funcionalidade da rede socioassistencial enquanto processo baseado na cidadania deliberativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a aprofundar na construção do conceito de Emancipação. No estudo sobre rede socioassistencial o termo emancipação é imprescindível por se tratar do objetivo final daquela. Assim, a principal contribuição deste trabalho foi pesquisar as implicações da emancipação como um caminho para a funcionalidade da rede socioassistencial. Para tanto, foi importante realizar um estudo bibliográfico relacionado aos conceitos de Rede socioassistencial e Emancipação.

A perspectiva de rede para quem atua nas políticas sociais estabelece parâmetros inovadores que deverão contribuir para a humanização do atendimento aos usuários. Essa perspectiva exige que seja ultrapassada a linha da intervenção para além da atenção imediata face a face com o usuário, abrangendo o patamar dos direitos sociais e da promoção humana. Imprescindível ganhar visão ampla: conhecer os programas, projetos, serviços, benefícios, as estruturas organizacionais tanto quanto o perfil dos usuários e suas necessidades.

O conjunto desses fatores potencializa ações o que conduz as instituições a se tornarem porta de entrada da rede de atendimento social, uma vez que, neste caso, permite ao usuário acessar a rede em sua amplitude. Faz-se necessário criar mecanismos para que a rede de atendimento social ultrapasse o patamar das relações estabelecidas por lei, embora não baste a legislação ‘impor’ a rede e, por consequência o reordenamento das ações. É preciso que a rede e o reordenamento sejam efetivados com determinação e motivação ética e política de cada órgão que compõe as Políticas Sociais.

O trabalho em rede deve ser entendido pelos municípios e todos os entes federados como modelo de gestão diferencial, que tem como primazia o ser social e toda a sua família, com vistas à oferta com qualidade dos serviços públicos e acesso aos direitos sociais.

Outro fator que deve se tornar objeto de reflexão relaciona-se à herança brasileira das administrações públicas marcadas fortemente pela hierarquia vertical e piramidal, de mando e subordinação, um entrave às tomadas de decisões conjuntas e participativas, na medida em que percorre longo processo burocrático. Ao contrário, o trabalho em rede deve ter como objetivo a horizontalidade das relações entre os setores com base, na interdependência dos serviços, superando as vicissitudes da irracionalidade burocrática.

Para tais superações, citadas anteriormente, faz-se necessário o debate sobre emancipação aqui empreendido, o qual aponta implicações da emancipação para a funcionalidade da rede socioassistencial sendo fundamentado nas características desta última (tomada de decisão coletiva, sem coerção, transparente, baseada na intersubjetividade e dialogicidade), e assim, este trabalho, de caráter inédito no campo da Política de Assistência Social, por meio das redes socioassistenciais, contribuiu para a construção teórica do conceito de Emancipação ligado a consciência crítica dos atores envolvidos para a plena efetividade do trabalho em rede.

Nesse sentido o Sistema Único de Assistência Social, apesar de estabelecer que as ações da assistência sejam primazia do Estado, mantém parcerias com as organizações não governamentais que, historicamente, marcaram atendimento às demandas desassistidas, definindo que não serão apenas estabelecidos convênios com os Conselhos de Assistência Social, mas, para o efetivo funcionamento, elas devem integrar a rede socioassistencial junto com o Estado.

Neste sentido, o desenvolvimento do trabalho em rede e a construção integrada das ações potencializa o desempenho das Políticas Públicas, ante a escassez de recursos existentes, além de proporcionar maior racionalidade e efetividade às ações do Estado, potencializando os recursos existentes na comunidade para assegurar efetividade das ações, tradicionalmente caracterizadas por setoriais, desarticuladas, centralizadoras e hierárquicas, superando a fragmentação da atenção às necessidades sociais, paralelismo de ações, centralização das decisões, informações e recursos. Tudo isso só será alcançado com base na emancipação dos sujeitos e\ou

atores envolvidos, afim de fortalecer os espaços da sociedade civil e garantir rupturas moleculares com vistas à liberdade, autonomia, conhecimento crítico e bom senso.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. Tradução: Marco Antonio Casanova; revisão técnica: Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985

AMARAL, V. **Rede: uma abordagem operativa**. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net/artigos/artigo2287.htm>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

_____. **Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida**. Disponível em: <<http://www.marketinghacker.com.br/node/2887>>. **Marketing Hacker**. 2004. Acesso em: 6 jan. 2013.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília-DF: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília-DF: CNAS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília-DF: MDS, 2005. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/norma-operacional-basica-do-suas.pdf>> Acesso em: 14 jul. 2014.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: a sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social.** Lavras: UFLA, 2011. 246 p.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 9. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HORKHEIMER, M. **Teoria tradicional e teoria crítica.** In: _____; ADORNO, T. W. **Textos escolhidos.** 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Os pensadores, 16). p. 31-68.